

Bancos criticam comportamento do BC

Além dos efeitos da retração geral do mercado financeiro internacional com as sucessivas crises que envolveram países e instituições (Banco Ambrosiano, AEG-Telefunken), as dificuldades do Brasil no programa de refinanciamento de sua dívida refletiram, em parte, a insatisfação de alguns banqueiros com os números e as estatísticas apresentados pelo Banco Central.

No dia 20 de dezembro, por exemplo, o presidente do BC, Carlos Lagoni, exigiu que todos os bancos credores do Brasil comprometessem 7% de seus créditos a médio e longo prazo para o Projeto 1 (o jumbo de 4,4 bilhões de dólares). Pouco mais de uma semana depois, no entanto, o próprio BC reviu este número para 12,4% — quase o dobro. Isto irritou

sobretudo bancos médios e consorciados, nas praças de Londres, Paris e Frankfurt.

O anúncio, em 29 de dezembro, de que o Brasil suspenderia o pagamento da dívida de 446 milhões de dólares a vencer em janeiro (pagaria apenas os juros sobre as quantias recolhidas ao BC em cruzeiros), também surpreendeu muitos banqueiros, já que, em Nova Iorque, a 20 de dezembro, nenhuma autoridade brasileira presente havia aventado esta hipótese.

Um banqueiro inglês não gostou de ser informado, através de telex de 1º de janeiro assinado pelo chefe do departamento de Operações Internacionais do BC, Carlos Eduardo Freitas, de que o Governo brasileiro já havia discutido “o plano de financia-

mento brasileiro para 1983, mais especificamente o Projeto 2 e a definição da dívida envolvida”, com representantes de agências governamentais de crédito de exportação dos principais países.

— E por que nós não soubemos disso na mesma época? — protestou.

De qualquer forma, o country risk do Brasil, segundo vários banqueiros europeus, ainda é melhor do que o da Argentina — que embora tenha a garantia de petróleo próprio e de alimentos, é ameaçado pela completa instabilidade política e social — e do México, “pior administrado que o Brasil”, segundo um outro representante de banco, que sintetiza: “Queiramos ou não, a nossa disposição de continuar emprestando para o Brasil simplesmente não pode arrefecer”.